

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
-------------------------	-----------

<b>1 – O ESTADO COMO PRINCIPAL ENTE DOTADO DE PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO INTERNACIONAL: A GENERALIDADE E A EXCEPCIONALIDADE .....</b>	<b>17</b>
--	-----------

1.1 Primeira parte: A Generalidade .....	17
1.1.1 Personalidade jurídica de Direito Internacional .....	17
1.1.2 Soberania e segurança nacional .....	20
1.1.3 Estados .....	26
1.1.3.1 Elementos constitutivos.....	26
1.1.3.2 O poder: a ordem jurídico-política .....	31
1.1.3.3 Reconhecimento internacional de Estado e de governo .....	33
1.1.3.5 Extinção dos Estados.....	40
1.1.3.6 Direitos e deveres dos Estados .....	41
1.1.3.7 Domínio terrestre dos Estados .....	45
1.2 Segunda Parte: A excepcionalidade da Santa Sé .....	48
1.2.1 Considerações iniciais .....	48
1.2.2 Tratado de Latrão .....	48
1.2.3 O Governo: a Nova Lei Fundamental da Cidade do Vaticano e a Lei sobre o Governo do Estado da Cidade do Vaticano .....	52
1.2.4 O Estado: Santa Sé ou Estado da Cidade do Vaticano? .....	53

<b>2 – TRATADOS INTERNACIONAIS .....</b>	<b>59</b>
--	-----------

2.1 Fontes do Direito Internacional .....	59
2.1.1 Fontes segundo o Estatuto da Corte Internacional de Justiça .....	60
2.2 Conceito e terminologia .....	61
2.3 Estrutura (formatação) dos tratados .....	65
2.4 Classificação .....	67
2.4.1 Quanto ao número de partes .....	67

2.4.2 Quanto ao tipo de procedimento adotado para a conclusão.....	67
2.4.3 Quanto à possibilidade de adesão.....	68
2.4.4 Quanto à natureza jurídica.....	68
2.4.5 Quanto à execução no tempo.....	69
2.4.6 Quanto à execução no espaço.....	69
2.4.7 Quanto à estrutura da execução.....	70
2.4.8 Quanto à publicidade do conteúdo.....	70
2.5 Processo e fases de formação (vinculação).....	70
2.6 Reservas, emendas e modificações.....	73
2.7 Vigência dos tratados.....	75
2.8 Registro e publicidade.....	76
2.9 Observância e aplicação.....	76
2.10 Interpretação dos tratados.....	78
2.11 Tratados Celebrados entre a Santa Sé e o Império do Brasil – República Federativa do Brasil.....	79
2.11.1 Convenção de 28 out. 1862.....	79
2.11.2 Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas.....	80
2.11.3 Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil.....	81

### **3 – A AQUISIÇÃO IMOBILIÁRIA POR ESTRANGEIROS NO BRASIL ..... 85**

3.1 Posse.....	85
3.1.1 Teoria subjetiva e teoria objetiva.....	85
3.1.1.1 Teoria subjetiva de Savigny.....	85
3.1.1.2 Teoria objetiva de Ihering.....	86
3.1.2 Espécies de posse.....	88
3.1.2.1 Posse direta e posse indireta.....	88
3.1.2.2 Posse justa e posse injusta.....	89
3.1.2.3 Posse de boa fé e posse de má fé.....	89
3.1.2.4 Posse ad usucapionem e posse ad interdicta.....	89
3.1.2.5 Jus possidendi e jus possessionis.....	89
3.1.2.6 Posse nova e posse velha.....	90
3.1.2.7 Posse natural e posse civil.....	90
3.1.2.8 Posse exclusiva e com posse.....	91
3.1.3 Aquisição da posse.....	91
3.1.4 Efeitos da posse.....	93
3.2 As formas de aquisição da propriedade imobiliária no Brasil.....	93
3.2.1 Usucapião.....	94
3.2.1.1 Requisitos.....	94

3.2.1.2 Modalidades .....	96
3.2.2 Registro do título .....	101
3.2.3 Acesso.....	101
3.3 As restrições à aquisição da propriedade imobiliária no Brasil por estrangeiros .....	102
3.3.1 Os parágrafos 2º e 3º do art. 11 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	104
3.3.2 A disciplina da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: a Constituição Federal de 1988, a Lei Federal 5.709/71, o Decreto Federal 74.965/74 e a Lei Federal 8.629/93 .....	107
3.3.3 A excepcionalidade da Santa Sé na aquisição imobiliária: um caso único .....	109
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>